4

Aspectos e importância da obra de Oliveira Lima

4.1

Marcos de uma obra farta e multifacetada: a visão “transatlântica” do Brasil, a importância do Estado e a conexão entre a Europa e América

Dom João VI veio criar e realmente fundou na América um império, pois merece bem assim ser classificado [...]. [Deu] foros de nacionalidade a uma imensa colônia amorfa, para que o filho, porém, lhe desfrutasse a obra. Ele próprio regressava menos rei do que chegara, porquanto sua autoridade era agora contrariada sem pejo. Deixava contudo o Brasil maior do que o encontrara.⁴⁵

Este pequeno parágrafo contém o tema central do que é hoje considerado um grande clássico da historiografia brasileira, *Dom João VI no Brasil*, do historiador e diplomata Manoel de Oliveira Lima. A ideia de que o Estado-Monarquia de Dom João VI fundou a nacionalidade brasileira, elevando o Brasil de mera colônia ao *status* de uma Nação, é sustentada numa obra exuberante, altamente complexa e minuciosa, de quase 700 páginas. O historiador Wilson Martins, no prefácio da mais recente edição da obra (editora *Topbooks*, 1996), confessa que nada tem a acrescentar aos elogios já feitos por dois outros consagrados historiadores brasileiros: Tarquínio de Souza (autor de *História dos fundadores do Império no Brasil*), que afirmou ser *D. João VI* “um dos maiores livros de nossa historiografia”, e Gilberto Freyre, que defendeu o livro como “uma das obras mais importantes, de qualquer gênero, jamais produzidas no Brasil”.⁴⁶

A visão ampla, panorâmica e multidisciplinar é um marco central da obra de Oliveira Lima como um todo. Essas características são especialmente ressaltadas em *D. João VI no Brasil*. Basta ler o sumário do livro para observar que não se trata de uma obra que pretende apenas narrar fatos históricos: é um trabalho que incorpora à historiografia perspectivas políticas, sociológicas, antropológicas e até geográficas. Oliveira Lima narra a vinda e o estabelecimento da corte de D. João VI no Brasil referindo-os aos impasses do contexto histórico-político da Europa na época. Descreve detalhadamente o processo de povoamento e as características das diversas regiões brasileiras no período anterior à chegada

⁴⁵ LIMA. O. *D. João VI no Brasil*, Prefácio de Wilson Martins, p. 16.

⁴⁶ *Ibid.* p. 13.

da corte. Narra o esforço político, diplomático e cultural para estabelecer uma nova matriz institucional na colônia que lhe conferisse um “ar de nação”.

O capítulo “Emancipação intelectual” mostra a formação de uma *intelligentsia* de consciência verdadeiramente nacional. Outros como “O espetáculo das ruas” e “As solenidades da corte” revelam os novos costumes que foram surgindo da interação entre as tradições européias e elementos da cultura local. Ainda outros capítulos, como “As intrigas platinas”, “O imperialismo e a situação militar” e “A diplomacia de Palmela”, são exemplos de história diplomática. Trata-se, por conseguinte, de uma visão pluralista e abrangente.

Esta é a tônica não só de *D. João VI*, o trabalho mais conhecido de Oliveira Lima, mas também de toda sua obra. São dezenas de trabalhos enfocando política, cultura, relações internacionais, literatura e história, no Brasil e no mundo. Os títulos das obras refletem esta pluralidade: *Aspectos da literatura colonial brasileira* (1896); *Coisas diplomáticas* (1908); *Impressões da América Espanhola* (1904-1906); *O movimento da Independência* (Topbooks, 1996); *A Nova Lusitânia: História da colonização portuguesa no Brasil* (1924), *Pan-Americanismo* (1907); *Pernambuco: seu desenvolvimento histórico*; *Sept Ans de République au Brésil* (1889), entre vários outros. Acrescentam-se a esta lista, múltiplos artigos publicados em revistas, entre as quais a da Academia Brasileira de Letras e as dos Institutos Histórico-Geográficos brasileiros, paulista e pernambucano, além da *La revue* parisiense. Há também suas *Memórias* e dezenas de cartas de correspondência com intelectuais, entre eles, Gilberto Freyre, Joaquim Nabuco, Graça Aranha e Machado de Assis.

Boa parte dessas obras encontra-se fora do Brasil, na Grã-Bretanha e principalmente em Washington D.C., onde o historiador-diplomata morreu voluntariamente exilado. Nesta cidade está talvez o mais rico acervo do escritor no mundo, localizado no *Oliveira Lima Library* da *Catholic University of América*.

A formação de Oliveira Lima na Europa e sua subsequente carreira diplomática em vários países como a Inglaterra, os Estados Unidos e o Japão, levaram-no a passar a maior parte de sua vida fora do Brasil. A longa estadia no exterior, longe do centro da *intelligentsia* brasileira e de seu círculo de influências, o colocou numa posição de isolamento em relação a algumas questões importantes, como os problemas políticos do interior. Gilberto Freyre (conhecido

íntimo de Oliveira Lima) sugere na sua biografia altamente laudatória, *Oliveira Lima, Dom Quixote gordo*, que o afastamento de Oliveira Lima de sua terra natal seria responsável pelo seu pouco reconhecimento no Brasil. Escreve Freyre:

O que mais ocorreu com o relativo desprestígio de Oliveira Lima na sua própria terra foi, evidentemente, a sua muita ausência do Brasil; o fato de muito ter vivido, por força de se sua atividade de diplomata, além-mar; a sua muita permanência tanto na Europa como nos Estados Unidos. Aconteceu o que era de esperar que acontecesse: perdeu aqueles contatos profundos com a terra natal que o brasileiro, para mantê-los precisa de dar [...] com alguma constância, as costas ao mar e até sertanizar-se [...]. E o Brasil, a despeito de sua imensa costa atlântica, parece não perdoar quem se torne demasiadamente transoceânico.⁴⁷

No entanto, foi exatamente esse distanciamento do Brasil que conferiu à obra de Oliveira Lima sua riqueza e características peculiares, dando-lhe relevância atual para os estudiosos das Ciências Sociais. A estadia “além-mar” do historiador-diplomata possibilitou uma visão do Brasil em perspectiva, favorecendo uma análise panorâmica e comparativa dos diversos aspectos da sociedade brasileira com relação a outras sociedades. Oliveira Lima insere seus estudos sobre o Brasil num contexto global, relacionando o desenvolvimento e os atributos do país tanto no que se refere ao resto da América Latina quanto às grandes potências do hemisfério norte, principalmente Grã-Bretanha e Estados Unidos. Como diz o próprio Gilberto Freyre:

Ao pernambucano-cosmopolita Oliveira Lima, a visão que animou sua obra inteira de historiador-sociólogo, foi esta: a do Brasil visto em sua projeção atlântica e até transatlântica; em sua vastidão continental; em suas relações com as outras duas Américas; e não apenas considerado em sua realidade telúrica de conjunto de Brasis em profundidade, um deles Pernambuco.⁴⁸

É uma análise sob perspectiva das relações internacionais, advinda de sua experiência diplomática.

Outra característica de sua obra influenciada por sua vida profissional é a ênfase no papel do Estado como principal ator nos planos global, político-institucional e sócio-cultural. Como diplomata, Oliveira Lima foi de certa forma condicionado a enxergar o mundo do ponto de vista da atuação política dos Estados. Daí sua proposta (que é o principal enfoque desta dissertação) de que a

⁴⁷ FREYRE, G., *Oliveira Lima, Dom Quixote gordo*, p. 125.

⁴⁸ *Ibid.* p. 117.

construção da nacionalidade brasileira foi obra do Estado-Monarquia, iniciada com D. João VI.

Em recente biografia do autor, *Oliveira Lima e a Construção da Nacionalidade*, Teresa Malatian ressalta esta ligação entre o Estado e a Nação, referindo-se a outro texto do Oliveira Lima, *História diplomática do Brasil: O Reconhecimento do Império*. Escrevendo sobre o processo de independência do Brasil, Malatian cita diretamente da obra:

A interpretação da emergência da nova nação [Brasil] e do reconhecimento de sua independência por Portugal e pelas nações européias, elaborada pelo autor nessa obra, partiu do conceito de independência como ‘consagração da vontade nacional’, que teria resultado da ação de um príncipe, de estadistas, ‘homens cultos’, enfim, de um pequeno número de grandes personagens. Seria o momento em que a nação [...] teria adquirido ‘a consciência de haver atingido a sua virilidade’. A formação do Estado brasileiro se confunde com a nação, para adquirir plenitude com o reconhecimento da nova soberania e sua ‘admissão no areópago político do mundo civilizado da nova nação americana’.⁴⁹

Mais adiante, ressalta:

Percebe-se naquelas obras escritas entre 1900 e 1901 que mesmo com a abertura da análise para a psicologia de personagens-símbolo, tal história privilegiava o Estado como ator das relações internacionais a partir do pressuposto que o homem, naturalmente levado a lutar com seus semelhantes pela obtenção de bens naturais, dele necessita para estabelecer a ordem social e, como governante autorizado, promover as relações exteriores [...]. Esta interpretação da história [...] consagrou o Estado como sujeito privilegiado [...] e originou interpretações isoladas do contexto.⁵⁰

⁴⁹ MALATIAN, T., *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade*, p. 147.

⁵⁰ *Ibid.*, p. 151 et. seq.

4.2 Um construtor de pontes entre velhos e novos mundos

Finalmente, a experiência diplomática de Oliveira Lima motivou-o a estabelecer conexões, ou pontes, entre diversos mundos. Assim, através de sua obra e de suas atividades, o historiador ligou o novo mundo das Américas ao velho mundo da Europa, a tradição à inovação, a civilização à natureza, o passado ao futuro. Isto é refletido nas suas atividades de diplomata e no seu empenho em praticar uma forma de diplomacia cultural, que procurasse não só divulgar o Brasil para o mundo, mas revelar o mundo ao Brasil.

“Um incansável divulgador da história e da cultura do Brasil no estrangeiro” é o que diz o jornalista Barbosa Lima Sobrinho⁵¹. Por onde passou, Oliveira Lima tirou máximo proveito de sua posição de diplomata para trabalhar intensamente na missão de revelar o Brasil de uma forma multifacetada: cultural, geográfica, política e social.

Uma das preocupações centrais do historiador-diplomata era de ressaltar dois aspectos do Brasil: por um lado o que dava à Nação o caráter de originalidade e, por outro, o aspecto de continuidade em relação às tradições européias. Assim, o Brasil seria apresentado não só como “potência natural” (isto é, uma Nação conhecida pela exuberância e o exotismo de sua natureza, visão preponderante na Europa da época), mas também como um integrante do mundo “civilizado”. Neste sentido, Oliveira Lima celebrou as instituições, a *intelligentsia* e as artes brasileiras, defendendo a Monarquia no Brasil como marco principal de um “processo civilizador”. Como afirma José Veríssimo no prefácio à *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*, coletânea de conferências de Oliveira Lima:

A reputação do país [na Europa], ainda meio colonial, de uma bela natureza selvagem e de imensas riquezas inexploradas, de primeiro produtor de café e borracha, o Sr. Oliveira Lima juntou – sem desprezar nada dos aspectos econômicos, que sabe proclamar e fazer sobressair quando é oportuno – as qualificações de país, onde crescem e desabrocham a cultura européia e a civilização ocidental.⁵²

⁵¹ In: LIMA, O., *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*.

⁵² VERÍSSIMO, J., Prefácio. In: LIMA, O., *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*, p. 26.

Suas atividades neste sentido divulgador foram múltiplas: conferências e participações em congressos, universidades e câmaras de comércio; numerosas publicações em jornais, revistas, livros, brochuras.

Os exemplos são significativos. Em Viena, conseguiu dois feitos: primeiro, que o Português fosse pela primeira vez uma das línguas faladas num congresso científico e; segundo, que o compositor barroco brasileiro padre José Maurício fosse ouvido, ao lado de grandes compositores austríacos como Haydn e Mozart, num congresso de música clássica. Na Bélgica, fez com que fossem criadas cadeiras de língua portuguesa nas universidades. E acrescenta José Veríssimo:

Fez que fosse apreciada, na mais divulgada talvez das revistas francesas, a obra literária do Brasil contemporâneo. Atraíu a atenção dos capitalistas europeus para as riquezas do nosso país, da mesma maneira que despertou o interesse das classes cultivadas da Europa pelas manifestações de nossa civilização. Favoreceu o acréscimo de nossas relações comerciais ao encorajar a criação de Câmaras de Comércio, destinadas a desenvolver nossas trocas no estrangeiro.⁵³

Na Sorbonne, além de organizar uma solenidade em memória a Machado de Assis, foi o primeiro diplomata estrangeiro a ocupar uma cadeira no instituto de ciência e das letras francesas. Como integrante do Instituto, proferiu uma série de palestras sobre a “Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira”. Como resultado das conferências, foi apresentado ao Conselho Municipal de Paris um projeto para criar uma cadeira em estudos latino-americanos na Sorbonne. As palestras foram reunidas num livro, *Formation Historique de la Nationalité Bresilienne*, publicado em 1911, com a primeira edição brasileira em 1944.⁵⁴

Mais uma vez, é José Veríssimo quem ressalta a dupla conexão estabelecida por Oliveira Lima, entre Brasil e França, entre as Américas e a Europa:

Os franceses, e os europeus familiarizados com língua francesa, encontrarão neste livro, em grossos traços, é verdade, mas firmes e nítidos, a narração exata dos acontecimentos de uma nação americana, que se atém à honra de **não** deixar perder-se [...] entre suas gentes a herança da civilização européia; de uma nação cuja existência não tem sido [...] inteiramente desprovida de glória [...] [grifo meu].⁵⁵

⁵³ Ibid. p. 27.

⁵⁴ O livro foi recentemente reeditado pela Topbooks, em 1997, com os prefácios da primeira edição, de Gilberto Freyre e José Veríssimo, já mencionados neste trabalho.

⁵⁵ VERÍSSIMO, J., Prefácio. In: LIMA, O., *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*, p. 29.

Outro resultado desta série de conferências foi o convite para dar uma outra série de palestras sobre o Brasil e a América do Sul, desta vez nos Estados Unidos. A viagem começou com a ida para a Universidade de Standford, onde no outono de 1912 proferiu seis palestras comparando o desenvolvimento do Brasil, América Latina e Estados Unidos. As palestras também foram reunidas num livro, *The Evolution of Brazil compared with that of Spanish and Anglo-Saxon America*, publicadas pela própria Universidade, em 1914.

Nessas conferências, Oliveira Lima aplica sua fórmula multidisciplinar e analítica. Destaca alguns tópicos centrais para estabelecer a comparação: questões como escravidão/abolição e raça, os movimentos de independência, instituições políticas, educação e cultura. O historiador-diplomata faz amplo uso de sua vastíssima bagagem cultural e de seu trânsito por várias esferas de conhecimento. Analisa movimentos sociais e literários, personalidades políticas e sistemas de governo. Estabelece a conexão entre todos esses elementos e as condições históricas específicas que levaram às suas diferentes configurações no Brasil, no resto da América Latina e nos Estados Unidos.⁵⁶

Além de divulgador do Brasil e da América Latina para o mundo, fez questão de registrar, para acesso aos brasileiros, suas impressões das diversas culturas por onde passou. De suas passagens pelo Japão, Argentina e Estados Unidos resultaram, respectivamente, *No Japão*, *Na Argentina*, *Nos Estados Unidos*. Suas *Impressões sobre a América Espanhola* revelam suas idéias sobre o Continente no qual se insere o Brasil. Suas “Cartas de Stockolmo”, que foram publicadas no jornal *O Estado de São Paulo*, foram “a primeira revelação sobre aquele país que o brasileiro teve da nova Suécia, então no começo do seu desenvolvimento numa sociedade talvez demasiadamente ordenada, planejada quanto ao seu futuro, para satisfazer o pendor do homem para a aventura e até para o risco”, como o diz Gilberto Freyre.⁵⁷

⁵⁶ Faz parte desta análise a defesa da Monarquia luso-brasileira *vis-à-vis* o republicanismo do resto da América Latina. A manutenção da ordem e da integridade territorial brasileira pela atuação da Monarquia é contrastada com a anarquia e a fragmentação resultante do republicanismo que desembocou na independência das nações vizinhas latino-americanas. Essa questão será explorada mais adiante neste trabalho.

⁵⁷ FREYRE, G., *Op. cit.*, p. 125.

4.3

Um estado fundador de identidade nacional: D. João VI e a “formação da nacionalidade brasileira”

Todos esses aspectos da obra de Oliveira Lima estão presentes na sua proposta de construção da nacionalidade, ou da identidade nacional brasileira.

Em primeiro lugar está sua preocupação com a continuidade das tradições européias. Ao contrário de Jackson Turner, que visava uma ruptura com o Velho Continente no que concernia à formação de uma identidade especificamente americana, Oliveira Lima mantinha a idéia de um sincretismo cultural que unisse a herança da Europa, principalmente com relação ao efeito “civilizador” – no sentido das instituições e do conhecimento artístico e intelectual humano – com os elementos locais, exclusivos ao solo brasileiro – a natureza e as raças indígena e negra.

Neste sentido, o Estado-Monarquia agiria de maneira a tecer esses diversos elementos culturais, centralizando o poder em torno de um símbolo de união nacional na figura do imperador e criando uma matriz institucional de cunho nacional. Como se verá mais adiante, é através desta matriz – bibliotecas, teatros, institutos de arte, música e pesquisa científica, escolas e instituições de ensino superior etc. – que se manifestaria um “espírito nacional”. O Brasil original da natureza exuberante e das múltiplas raças será estudado, pintado, relatado, cantado, enfim, celebrado e – por que não? – inventado pelos artistas e intelectuais agindo pela mão condutora e benévola do estadista-imperador. Acrescentam-se aos feitos artísticos e culturais importantes ações econômicas, como a criação de bancos, a abertura de estradas ligando o continente e a abertura dos portos. Enfim, é o Estado-Monarquia como fundador de uma nova nacionalidade que resulta na “emancipação intelectual” do Brasil e sua elevação de mera colônia ao *status* de Nação. Trata-se também da conciliação entre o impulso modernizador e valores tradicionais.

Mais uma vez, é Gilberto Freyre quem faz apologia eloqüente desta idéia:

Dom João VI foi uma das personalidades que mais influíram sobre a formação nacional. Muito se fala do conflito entre instituições tradicionais e inovações tecnológicas [...]. [A ação de Dom João VI] foi a de um mediador ideal [...] entre a tradição – que encarnou – e a inovação – que acolheu e promoveu – naquele período decisivo para o futuro brasileiro [...] o exemplo que nos deixaram [...] para os dias atuais: o de ser possível conciliar inovação com tradição... Muitas foram as inovações tecnológicas, de caráter principalmente econômico, introduzidas no Brasil, algumas delas de ímpeto revolucionário. Mas,

conservando-se das instituições tradicionais – da religião católica e da Monarquia, principalmente – formas, símbolos, ritos, valores [...] que preservassem no Brasil [...] quase nacional, características de sociedade nacional, ciosa de suas peculiaridades.⁵⁸

4.4

A apologia do Estado-Monarquia: nostalgia e heróis portugueses

O tom laudatório de Gilberto Freyre é um espelho do mesmo entusiasmo romantizado de Oliveira Lima na sua apologia da Monarquia luso-brasileira como fundadora de uma nacionalidade. É preciso entender esta argumentação num contexto histórico específico.

Assim como Jackson Turner, Oliveira Lima escrevia num momento crucial de transição na história de seu país: a virada do século XIX para o século XX. A Monarquia acabava de ser dissolvida, cedendo espaço à República. A abolição da escravatura deixava emancipada uma massa de escravos impotentes e despreparados para integrar a sociedade. É o momento em que se questiona a permanência do legado do Estado-Monarquia de D. João VI e dos dois imperadores do Brasil independente, D. Pedro I e D. Pedro II. Esses haviam estabelecido a centralização política e administrativa, mantido a integridade territorial e a estabilidade social e um clima de tolerância e incentivo às atividades artísticas e intelectuais. Na passagem para a República, líderes militares tomam o lugar dos monarcas. São homens simples e um tanto rudes, de tendência autoritária, que se alinham aos interesses dos latifundiários e favorecem a fragmentação política e a descentralização do aparato administrativo do Estado.

A dicotomia entre Monarquia e República, refletida nesta transição política, é também um espelho do conflito intelectual que se travava no Brasil entre monarquistas e republicanos. Em sua imensa maioria, os intelectuais influentes brasileiros, entre eles Euclides da Cunha e Capistrano de Abreu, eram republicanos e tinham lutado pela proclamação da República. Seus argumentos, fortemente influenciados pelas idéias que inspiraram as revoluções francesa e americana, se baseavam na noção de que a Monarquia representava o atraso. Mantinha valores e instituições feudais, alinhando-se a interesses que defendiam a permanência da escravidão.

⁵⁸ Ibid. p. 125.

Em contraposição aos intelectuais republicanos, estava um grupo de pensadores monarquistas, entre os quais estavam os conhecidos Joaquim Nabuco, Eduardo Prado e o Visconde de Ouro Preto, que se preocupavam com o cenário que se configurava na nova República: uma situação de autoritarismo e intolerância, de instabilidade e de ruptura com os valores intelectuais e estéticos da tradição europeia representada pela Monarquia.

A este grupo se aliou Oliveira Lima, e não é à toa que seu *D. João VI no Brasil* começou como uma monografia em concurso promovido pelo próprio Visconde de Ouro Preto, no Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro, em 1903. O concurso foi estabelecido para comemorar o centenário da abertura dos portos e teve o objetivo claro de uma revisão historiográfica e a restituição da imagem e dos feitos de D. João VI como “fundador da nacionalidade brasileira”. Teresa Malatian, ao descrever o concurso e as motivações do Visconde, afirma:

Pode se localizar no procedimento [concurso] uma das estratégias da propaganda monarquista, inclusive porque Ouro Preto havia escrito em *A Década Republicana* um estudo sobre a Armada [...] que ressaltava a atuação de D. João VI. A proposta por ele apresentada ao IHGB estabeleceu os parâmetros dessa revisão historiográfica centrada na exaltação da unidade nacional do Brasil independente e na interpretação da transferência da corte, como antigo projeto que resultou na fundação do Império. Percebe-se assim uma vinculação do concurso...à corrente monarquista que se acantonava no Instituto e insistia em cultuar personagens relacionadas ao regime substituído pela República, com isso contribuindo para a persistência de teses monarquistas na historiografia.⁵⁹

Assim, a obra de Oliveira Lima assume um tom ideológico e nostálgico. Como se verá no decorrer deste trabalho, seu conceito de Estado-Monarquia, não só o de D. João VI, mas o último imperador, D. Pedro II, é descrito de forma épica, numa linguagem romântica que une a todo o esforço científico da obra – a pesquisa profunda e detalhada das fontes de documentos, a inclusão de abordagens multidisciplinares – à *poésis*, o elemento de criação e imaginação do historiador. Neste sentido, retoma elementos da tradicional história grega, não só no que diz respeito à *poésis*, mas também na idéia de exemplo: a história *magistra vitae*. Para Malatian, Oliveira Lima “elaborou uma história que oferecia à classe dominante um Brasil viável, com heróis portugueses capazes de expressar confiança no futuro e

⁵⁹ MALATIAN, T., *Oliveira lima e Construção da Nacionalidade*, p. 205 et. seq.

rechaçar a fragmentação política que o próprio federalismo colocara em cena com a República”.⁶⁰

O elogio máximo à obra, que será explorada nas próximas sessões, vem do amigo e admirador Gilberto Freyre:

Oliveira Lima, por sua maior capacidade de concentração em trabalho sistemático e específico, e por seu relativo poder de expressão literária, produziu obra prima. Afirmou-se, nessa obra e nas ancilares que escreveu, historiador, para o Brasil, máximo; e digno de ser situado entre os máximos historiadores americanos de sua época [...] O levantamento sistemático, por Oliveira Lima, de material de interesse para o Brasil... mostra quanto havia nele de historiador científico à base de historiador literário [...]. [Sua formação] não o levou a sacrificar o critério científico do investigador ao poético, do evocador. Combinou-os nas suas melhores páginas. E quem ignora ser esta a combinação ideal?⁶¹

⁶⁰ Ibid., p. 209.

⁶¹ FREYRE, G., *Op. cit.*, p. 83.